

3

Fundamentação teórica

Toda a teoria só é boa na condição de que, utilizando-a, se vá mais além.

(André Gide)

A presente pesquisa orienta-se teoricamente (a) por abordagens interacionais e sócio-culturais do discurso, para tratarmos de processos interacionais de emergência e construção de identidades; (b) por abordagens que trazem concepções de identidades sócio-culturais e interacionais.

Em um primeiro momento, trataremos das abordagens interacionais e sócio-culturais do discurso, voltando-nos para os princípios da Análise da Conversa e da Sociolingüística Interacional.

Em um segundo momento, trataremos das concepções de identidades, envolvendo (a) abordagens relativas a construções identitárias sócio-culturais, lingüísticas e interacionais; (b) identidades como categorização e representação; (c) identidades estigmatizadas.

3.1

Abordagens interacionais e sócio-culturais do discurso

3.1.1

Análise da Conversa e Etnometodologia

A Análise da Conversa (AC), proposta ligada aos estudos da Etnometodologia, desponta no cenário dos estudos lingüísticos na década de sessenta, com procedimentos sistemáticos para estudar e analisar discursivamente a fala-em-interação, a partir da descrição das estruturas da conversação e de seus mecanismos organizadores (Marcuschi, 2003: 6).

A Etnometodologia é uma corrente teórica norte-americana emergente também nos anos sessenta, mais precisamente a partir da publicação de “*Studies in Ethnomethodology*” de Harold Garfinkel, ainda no ano de 1967. A publicação

dessa obra provocou uma reviravolta na “sociologia tradicional”, gerando intensos debates no meio acadêmico das universidades americanas e européias, particularmente nas inglesas e nas alemãs (Coulon 1995: 19-28; Oliveira, 2008: 18).

Se, anteriormente, a sociologia tradicional via o sistema social como normas e significações governadas por atores, a partir da obra de Garfinkel ocorrerá um processo inverso: passa-se de um paradigma normativo a um interpretativista, dá-se prioridade a uma abordagem qualitativa do social em contraposição a uma quantitativa. Conforme Garfinkel, a relação existente entre o ator e o contexto não se relaciona a regras ou conteúdos culturais, é estabelecida dentro dos processos interpretativos (Coulon 1995: 19-28; Oliveira, 2008: 18).

Essa forma de perceber as relações sociais faz-se presente neste trabalho de pesquisa, uma vez que analisa o contexto interacional, considerando o que é construído pelos atores sociais no momento do processo interativo. Nossa abordagem diferencia-se, no entanto, da etnometodologia, na medida em que assumimos as relações de ordem micro, relacionadas à análise da fala-em-interação do encontro face a face, e de ordem macro no discurso, relativas ao contexto sócio-cultural, histórico, institucional, a partir de concepções da Sociolinguística Interacional (Ribeiro & Pereira, 2008: 48-50).

A AC propõe uma análise microssociológica da fala-em-interação. Volta-se especificamente para a observação criteriosa dos sistemas e das práticas que envolvem a conversa. Para a AC, as práticas discursivas dos indivíduos contêm informações preciosas que são elaboradas e reelaboradas constantemente. Os atores sociais são seres ativos que atualizam continuamente as regras sociais (Coulon, 1995: 24).

A fala é socialmente organizada. Sua organização não ocorre apenas considerando-se quem fala para quem se fala e que língua se fala, mas também por meio da ordenação, ratificação e rituais que governam essas falas. Uma noção importante para a compreensão da AC é a de turno de fala, isto é, aquilo que o falante diz enquanto tem a palavra e que pode ser composto de uma ou duas atividades (Marcuschi, 2003: 20).

Sacks, Schegloff e Jefferson (1974 *apud* Gago 2006), discorrendo sobre especificidades pertinentes à conversa espontânea, apresentaram um sistema de

tomada de turnos onde se fazem presentes algumas regras das quais merecem destaque as seguintes: a) somente uma pessoa fala por vez; b) falas ao mesmo tempo são comuns, porém, breves; c) a mudança de um turno para o outro acontece sem intervalo de tempo e sem a ocorrência de sobreposição; d) a ordem dos turnos pode variar ; e) o número de participantes também; f) o que se fala e o grau de extensão da conversa não é apresentado anteriormente; g) a distribuição dos turnos de fala não é previamente especificada; h) a fala pode apresentar continuidade e descontinuidade; i) técnicas de alocação de turno são empregadas; j) os turnos são construídos por unidades de tipo específico.

As unidades de construção do turno apresentam algumas tipologias. Segundo Gago, podem ser do tipo:

1) lexical, compostas de uma só palavra; 2) sintagmática (*phrasal*), correspondente à idéia de sintagma (nominal, verbal, etc.); 3) clausal (*single clause turn*), cuja característica é possuir um único núcleo verbal; e 4) sentencial (*sentential turn*), com mais de um núcleo verbal. Essas unidades são crucialmente significativas *para os participantes* de interações, e não para o analista da conversa. Queremos dizer que sua relevância é êmica, e não ética (Gago, 2006:2).

Outra especificidade relevante às unidades de construção de turno é o fato de que elas, em muitas situações, oferecem ao interlocutor meios para que este possa reconhecer a trajetória do discurso em ação, oferece pistas para que perceba e compreenda o que o outro está projetando ou deseja projetar durante a interação (Gago, 2006: 2).

Mais um conceito relevante ao sistema de tomada de turnos é o de organização seqüencial da conversa. De acordo com este conceito, a fala em interação estrutura-se em pares adjacentes padronizados seqüencialmente. Cada par adjacente compõe-se de uma seqüência discursiva mínima de dois enunciados, os quais são produzidos por falantes diferentes, organizados em primeira e segunda parte do par. Como podem ocorrer inserções sistematizadas entre as partes, não há necessidade de ambas serem estritamente adjacentes (Gago, 2005: 64-65).

Como veremos, no entanto, nos dados das entrevistas de pesquisa a serem analisados, mais importante que a noção de pares adjacentes será a noção de

movimentos, de Goffman (1976, 1981), o qual propõe que o modelo interacional local seja estabelecido a partir de seqüências de *moves* (movimentos).

Nosso modelo básico de fala talvez não sejam apenas os pares dialógicos e sua corrente, mas mais uma seqüência de movimentos de resposta com cada uma na série esculpindo sua própria referência, e cada uma incorporando um variável equilíbrio de função em relação às propriedades da afirmação/réplica (Goffman, 1981:52).

Movimento interacional, na acepção de Goffman, consiste em “um curso de ação estruturado disponível ao jogador que, quando selecionado, objetivamente altera a situação dos participantes” (Goffman, 1976: 272 *apud* Pereira & Basílio, 1993: 19).

3.1.2

Movimentos interacionais entre entrevistado e entrevistador

O evento entrevista refere-se a uma tarefa realizada em conjunto, da qual participam um entrevistador e um entrevistado. Durante esse momento, as identidades vão sendo construídas e reconstruídas na relação entrevistador/intervistado, no curso da entrevista, ou seja, se antes os entrevistadores eram vistos apenas como condutores de resposta a partir de suas perguntas, hoje estão totalmente inseridos na produção conjunta da entrevista (Misher, [1986] 1991).

Perguntas abrem possibilidades de preenchimento e são feitas para que o interlocutor apresente uma resposta, embora possa haver também desvios e reformulações (Galasinski, 1996). Perguntas e respostas representam, de certa forma, uma maneira de se conseguir a coesão textual. A construção conjunta de significados, no entanto, pode estar vinculada tanto à relação entre as seqüências conversacionais e/ou movimentos interacionais (Goffman, 1976: 272 *apud* Pereira & Basílio, 1993: 19) quanto ao contexto em que a interação social emerge. Assim sendo, o par pergunta-resposta é motivado não somente por restrições funcionais, como também por redes de significados relacionados a fatores pragmáticos, semânticos e estratégias culturalmente interligadas.

Em determinados contextos em que a pessoa à qual a pergunta é direcionada está impossibilitada de responder, talvez porque não queira, ou

porque não possa, ela adota estrategicamente a evasão (Galasinsk, 1996 *apud* Oliveira 2002: 6).

Para Galasinsk (1996), a referência semântica diz respeito ao vínculo existente entre os conteúdos proposicionais dos enunciados e a relevância pragmática seria a relação entre dois atos de fala. No contexto das perguntas indiretas, a relevância semântica deve ser entendida como relevância da implicação e não da pergunta literal (Galasinsk, 1996 *apud* Oliveira 2002: 25).

Existem dois tipos de evasão: a aberta e a velada. No que concerne à evasão aberta, o respondente oferece pistas de que não irá cooperar. Na evasão velada, apenas finge que está respondendo. Sobre a evasão aberta, subdivide-se em dois tipos: desafios e respostas através de implicaturas. No primeiro subtipo, a pessoa a qual a pergunta foi direcionada justifica-se. Para dar suporte à justificativa apresentada, diz que a pergunta não foi dirigida à pessoa certa, foi mal elaborada, ou que é impossível respondê-la. Nas respostas dadas através de implicaturas, o respondente busca embasamento nas máximas de conversação estabelecidas por Grice (1982). São elas: máxima da quantidade informe - apenas o que foi pedido, nada mais; máxima da qualidade- diga somente o que pode oferecer evidência adequada, máxima da relação - seja relevante e, por último, a máxima modo - seja claro e coeso na construção do discurso, assim, se evitará a duplicidade de sentido, ou a obscuridade da expressão (p.26).

O segundo subtipo de evasão, a velada, diz respeito àquela na qual o respondente direciona, manipula o foco em questão. Esse processo pode ocorrer, principalmente, mediante três formas: referindo-se ao foco em outro contexto, mudando o foco da pergunta ou alterando tanto o foco quanto o contexto discursivo (Clayman, 1993 *apud* Oliveira 2002: 27). O silêncio também deve ser considerado uma forma de evasão. Ele contém significados diversos os quais só têm sentido no ambiente conversacional em que acontecem (Maynard, 1980: 264-265).

3.1.3

Sociolingüística interacional

A Sociolingüística Interacional, uma das linhas teóricas que norteia esta pesquisa, tem sua gênese em diferentes áreas de pesquisa: lingüística, antropologia social, filosófica, psicologia social e cognitiva. Mantém ainda interface com outros campos do conhecimento: a Pragmática, a Análise da Conversa, a Teoria dos atos de fala e a Etnografia da Comunicação. Os conceitos principais da Sociolingüística Interacional, em sua fundação, vêm de Gumperz e Goffman. É Gumperz, lingüista, antropólogo e professor universitário nos Estados Unidos, quem dá a denominação à nova área de estudos, inicialmente Sociolingüística Interpretativa, que depois passa a se denominar como Sociolingüística Interacional (Pereira, 2002:7).

A Sociolingüística Interacional auxilia na interpretação de eventos de fala e/ou atividades de fala, pois, além de analisar o fenômeno lingüístico para que possamos compreender como se dão as interações sociais entre interlocutores de papéis sociais diferentes, interpreta o que os falantes fazem quando conversam uns com os outros, verifica como os tipos de relacionamentos se estabelecem por intermédio da fala ou como esses relacionamentos são negociados na interação ou ainda como provocam problemas de comunicação (Pereira, 2002: 11-13).

Os conceitos básicos da Sociolingüística Interacional que norteiam este trabalho são enquadres e alinhamentos/footings (Goffman ([1979] 2002), estruturas de expectativas (Tannen e Wallat [1987] 2002), pistas de contextualização (Gumperz, ([1982] 2002).

3.1.3.1

Enquadres e esquemas de conhecimento

O conceito de enquadre foi introduzido por Bateson (1972) e desenvolvido por Goffman (1974). Inicialmente, utilizou-se tal conceito na área da Psicologia e da Psiquiatria. O enquadre é o responsável por instruir o indivíduo-ouvinte para que este seja capaz de fazer inferências e interpretar as mensagens ditas pelos outros.

O enquadre situa a metagem presente nos nossos enunciados, aponta para aquilo que fazemos, o que dizemos, para a maneira como reagimos e interpretamos algo que é dito ou feito. Para Goffman, o conceito de enquadre está relacionado às perguntas: “O que está acontecendo aqui, agora?” e “O que significam esses acontecimentos?”. Nessa perspectiva, é o enquadre que vai definir a variedade de interpretações dos enunciados lingüísticos (Ribeiro e Garcez, 2002: 107).

Tannen & Wallat ([1987] 2002) propõem a denominação de “estruturas de expectativas” distinguindo dois tipos - esquemas de conhecimento e “quadros”. O enquadre interativo de interpretação diz respeito à percepção dos participantes durante a interação, ao tipo de atividade que está ocorrendo e quais sentidos pretendem-se produzir. Os esquemas de conhecimento representam uma visão cognitiva, derivados de estudos na psicologia cognitiva, são as expectativas dos participantes “acerca de pessoas, objetos, eventos e cenários no mundo” (Tannen e Wallat [1987] 2002: 189-190; Pereira & Basílio, 1993:17).

Tannen e Wallat ([1987] 2002) informam ainda que as pessoas podem perceber o enquadre, associando as pistas lingüísticas e paralingüísticas, ou seja as formas como as palavras são ditas e não somente pelo que elas significam (p.192).

3.1.3.2

Footing/Alinhamentos

Goffman (1979) trouxe uma importante contribuição para a compreensão mais eficiente do processo interacional com o conceito de *footing*. O termo refere-se a um desdobramento da noção de enquadre, em outras palavras, representa uma mudança de postura por parte do interlocutor em relação ao outro, consigo mesmo e com os discursos que são construídos. O *footing* diz respeito à maneira pela qual se conduzem tanto a produção como a recepção de um ato discursivo dentro da interação social, podendo então ser negociado e modificado constantemente (Goffman [1979] 2002:107).

A mudança de *footing* relaciona-se, na maioria das vezes, com uma mudança que se revela apenas por meio de pistas e marcadores paralingüísticos

tais como o valor das pausas, o tempo de fala, as hesitações e outros (Gumperz, [1982] 2002:152), a serem ainda detalhados, a seguir.

3.1.3.3

Pistas de contextualização

É Gumperz que nos traz o conceito de pistas de contextualização. Para o pesquisador, elas são o ponto chave para a sinalização e para a interpretação de pressuposições contextuais. As pistas de contextualização podem aparecer sob várias formas, dependendo do repertório lingüístico, historicamente determinado, de cada participante do discurso. Ao contrário das palavras, que podem ser discutidas fora do contexto, os significados das pistas de contextualização são implícitos. O seu valor sinalizador depende do reconhecimento tácito do seu significado por parte dos participantes. Ao sinalizar uma atividade de fala, o falante também sinaliza as pressuposições sociais em termos das quais uma mensagem deve ser interpretada, para provar sua familiaridade e sua habilidade de entender a etiqueta e os valores verbais (Gumperz, [1982] 2002: 152-53).

O autor define pistas de contextualização como:

(...) constelações de traços presentes na estrutura de superfície das mensagens que os falantes sinalizam e os ouvintes interpretam qual é a atividade que está ocorrendo, como o conteúdo semântico deve ser entendido e *como* cada oração se relaciona ao que a precede e a sucede (Gumperz, [1982] 2002: 152).

Como exemplos de pistas de contextualização, Gumperz cita as mudanças de código, dialeto e estilo, fenômenos prosódicos, escolha entre opções lexicais e sintáticas, expressões formulaicas, aberturas e fechamentos conversacionais, estratégias de seqüenciamento, porém nos alerta que, embora essas pistas contenham informações, que se manifestam formalmente na superfície do texto, os significados são construídos e reconstruídos durante o processo interacional (Gumperz, [1982], 2002:149).

3.1.3.4

Formatos de produção e de interpretação

Nesta seção, Goffman teoriza sobre as categorias de falante e ouvinte, apontando como são frágeis e precárias quando, principalmente, aplicadas aos diversos contextos da fala em interação.

O autor inicia suas indagações chamando nossa atenção para o fato de que, durante o momento de fala, não podemos considerar apenas o discurso em si, pois, enquanto este se processa, tanto falante quanto ouvinte vão trocando os papéis, agindo um sobre o outro, direcionando e redirecionando a dinâmica do discurso (Goffman, [1979] 2002: 114 - 115).

Qualquer momento de fala pode se transformar em uma atividade de fala, pois pode comportar pistas valiosas para que se inicie, prossiga-se e finalize-se a fala em interação. Sobre isso o autor diz “Creditar autonomia a uma atividade de fala enquanto unidade de atividade em si, um domínio *sui generis*, é um passo crucial” (p. 117).

Goffman ([1979] 2002) desconstrói a noção unilateral de ouvinte, distinguindo, durante o momento da conversa, dois tipos de participantes: os participantes ratificados e os participantes não ratificados ou circunstantes. Os participantes ratificados são os participantes oficiais de um encontro; os não ratificados ou circunstantes são aqueles que, sem serem participantes oficiais do encontro, ouvem a conversa, ou de propósito, como, por exemplo, alguém escutando atrás da porta, ou por acaso, pelo simples fato de estarem por perto e não poderem deixar de ouvir o que está sendo dito. O autor ainda nos informa que “um participante ratificado pode não estar escutando, e alguém que esteja escutando pode não ser um participante ratificado” (Goffman [1979] 2002:18).

Goffman chama a atenção para o fato de que, em um encontro entre duas pessoas, ouvinte ratificado é necessariamente o ouvinte “endereçado”, porém, quando o número de participantes oficiais aumenta, pode ocorrer certa ambigüidade, no sentido de saber a quem o falante se dirige realmente. Goffman afirma que “(...) é preciso diferenciar o interlocutor endereçado dos não-endereçados” (p. 119).

Para tanto, é imprescindível que o falante do momento, a partir do direcionamento do olhar, demonstre estar atento a todos os demais presentes, de modo que se sintam no mesmo patamar de igualdade do falante ratificado. Embora a pessoa que esteja fazendo uso da palavra se dirija a todos, de maneira igualitária, suas observações, durante alguns momentos, irão ao encontro do ouvinte endereçado (p.119).

Para Goffman, as relações entre falante, interlocutor endereçado e interlocutor não- endereçado deveriam ser mais exploradas, pois são muito complexas, uma vez que, na prática, ocorrem situações diversificadas, por exemplo, quando em um encontro social, a conversa fica centralizada apenas entre alguns dos participantes, deixando os demais de fora (p.119).

O autor acrescenta que, na sociedade moderna, a conversa não representa o único contexto da fala, ela pode assumir uma variedade de formas tais como: a de um monólogo expositivo, como em discursos políticos, palestras, espetáculos de entretenimento, saraus e leitura de poesias. Em todos esses eventos, um falante apenas domina a palavra, a qual é dirigida a um grande de pessoas, ou seja, a uma platéia. Diferentemente das pessoas que participam de uma conversa informal, a platéia observa atentamente o falante e quando este lhe ordena algo, não se pode esperar execução imediata. O papel desse tipo de público é o de observar, analisar e apreciar ou não o que está sendo dito pelo falante do momento (p.125-126).

O termo platéia, segundo Goffman, pode ser ampliado para aqueles que ouvem rádio e televisão, porém, esse tipo de público não é suscetível à estimulação mútua como aquela oferecida a quem está participando presencialmente no evento. Para esse autor, pessoas que escutam a fala por meio de rádio e TV, só podem se juntar à platéia de modo secundário e intermediado e acrescenta ainda que, muito do que falam de rádio e de TV “não é dirigido, como acontece no caso de uma fala de tribuna, a um agrupamento massificado, mas visível, fora do palco, mas sim a interlocutores imaginados” (Goffman [1979] 2002: 125-126).

Após apresentar alguns aspectos e situações referentes ao ouvinte, Goffman traz outras informações acerca da noção de falante. O autor o define como uma máquina de falar, “um indivíduo engajado no papel de produzir elocuições” (p.133).

Ao tratar dos formatos de produção das elocuições, ou seja, das alterações de papel comunicativo produzidas no decorrer do discurso, o estudioso propõe a distinção entre três tipos de falante: falante animador- aquele que vocaliza o discurso, falante autor- o que faz as escolhas quanto às palavras que dão forma ao que é dito e o falante responsável- aquele cuja posição é estabelecida pelas palavras faladas. O autor acrescenta ainda que o termo falante pode envolver, ao mesmo tempo, as três acepções explicitadas anteriormente (p.134).

Ao apresentar essas visões, Goffman deixa claro que o falante é concomitantemente animador, autor e responsável por seu discurso. Para reforçar essa assertiva, faz referência à leitura em voz alta, exemplo tal que mostra que desempenhar qualquer um dos três papéis de falante, não implica, necessariamente, no desempenho de outros papéis “Podemos falar abertamente pelos outros e nas palavras dos outros como fazemos, digamos, na leitura de um depoimento ou na tradução simultânea de um discurso” (p.135).

À primeira vista, fazer a distinção entre as categorias de falante animador, autor e responsável parece algo fácil, principalmente quando a ocorrência se dá considerando-se vários falantes, porém, quando ocorre o contrário, distinguir tais categorias torna - se algo muito complexo, uma vez que há contextos nos quais podemos animar nossas próprias palavras.

A problemática apresentada por Goffman sobre as categorias de falante, além de permitir um cuidado mais apurado durante a análise de certos contextos, contribui para que possamos compreender determinados cenários nos quais, constantemente, assumimos papéis e tarefas variadas.

3.2

Concepções de identidade(s)

Na contemporaneidade, discutir sobre identidades sociais, culturais e discursivas tornou-se uma constante. As concepções envolvem questões polêmicas e uma rede de sentidos e de significados, no sentido de se problematizar e de buscar inteligibilidades (Moita Lopes, 2006:20) sobre o ser humano em várias dimensões. Identidades hoje são observadas e analisadas sob

diferentes perspectivas, sob diversos ângulos, incorporando relações de ordem micro e macro do discurso.

A perspectiva teórica do presente trabalho, envolvendo a construção de identidades durante o processo interativo, nos é informada, neste estudo, por abordagens que buscam integrar a construção de identidades na “ordem micro, de interações situações situadas dos indivíduos, de natureza discursiva, com contextos de ordem macro”, relacionados à estrutura social (Pereira e Silveira, 2006: 236).

3.2.1

Identidades nas perspectivas sócio-cultural, lingüística e interacional

Bucholtz e Hall (2005) propõem a análise de identidades constituídas na interação lingüística, como um fenômeno interacional e sociocultural, que emerge e circula nos locais interacionais e no contexto do discurso. A identidade, para as autoras, é negociada em cada discurso, não se limitando às categorias macro-sociais, mas envolvendo ainda papéis locais e discursivos relacionadas a cada situação. São cinco os princípios propostos pelas autoras: 1) O princípio da emergência, segundo o qual as identidades emergem em alguma forma de discurso (p. 587); 2) O princípio da posicionalidade, a partir do qual as autoras buscam dar conta de construtos identitários de ordem macro e de ordem micro, com categorias identitárias que emergem no discurso, através da orientação dos participantes (p. 592); 3) O princípio da indexabilidade, que aponta para a construção de identidades com relações semióticas entre estruturas lingüísticas e significados sociais; 4) O princípio da relacionalidade, segundo o qual há sempre a relação com o outro na construção das identidades; 5) O princípio da parcialidade, envolvendo construções identitárias em termos de percepções e representações do(s) outro(s), no processo de negociação interacional (p. 585, 606).

Como a proposta das autoras incorpora diferentes abordagens de construção cultural e sócio-interacional de identidades, vamos, a seguir, mostrar essas relações, pertinentes em nosso estudo.

3.2.1.1

Identidades na ordem da interação: discursivas, situadas e sociais transportáveis

De acordo com o princípio de emergência, a identidade é muito mais um fenômeno social e cultural que emerge durante o discurso, do que algo pré-estabelecido (Bucholtz e Hall, 2005: 588).

As autoras indicam que esta é uma noção familiar à análise da fala-interação de ordem etnometodológica, com a concepção de que as identidades se constroem na interação e se tornam relevantes interacionalmente. Zimmerman é um dos representantes desta vertente de estudos e defende a importância do contexto interacional como elemento primordial na construção da identidade. O autor estabelece três tipos de identidades: as identidades discursivas, as situadas e as transportadas (Zimmerman, 1998 *apud* Pereira e Silveira, 2006: 241).

Nas identidades discursivas (falante/ouvinte, narrador/ouvinte, dentre outros), que se realizam na seqüência da interação, está presente a idéia de que “ao iniciar uma ação, uma das partes assume uma identidade discursiva particular e projeta a outra parte em uma identidade recíproca”. Entretanto, o autor faz uma ressalva sobre essas projeções, uma vez que elas não são pré-determinadas pelos participantes, e nem sempre aceitas por quem as recebe. O receptor pode não assumir a identidade que lhe fora imposta, o que pode acarretar em uma reversão no curso da projeção ou o abandono da identidade discursiva que lhe foi endereçada (Zimmerman, 1998: 91).

As identidades situadas, o segundo tipo apresentado por Zimmerman (1998), são aquelas cujas atividades de fala são instituídas. Elas ocorrem a partir do engajamento dos participantes nas atividades interacionais, as quais são mais ou menos previsíveis ou estruturadas “em decorrência das metas instrumentais das agendas tópicas previamente estabelecidas.” Esse tipo de identidade, em determinados contextos discursivos, podem remeter a de identidades “institucionais” (professor/aluno, cliente/atendente, por exemplo). Elas estão a serviço de certas regras e rotinas de tipos particulares de ações desempenhadas por essas instituições (Zimmerman, 1998 *apud* Pereira e Silveira, 2006; p. 241).

As identidades sociais transportáveis “são identidades latentes” (...) “usualmente visíveis por marcas físicas ou culturais”, que informam sobre categorias como sexo, raça, classe social, faixa etária, dentre outras (Zimmerman, 1998: 90-91; *apud* Pereira e Silveira, 2006; p. 241). Esse tipo de identidade se desloca para o contexto de ordem social no qual os participantes estão inseridos no discurso.

3.2.1.2

Identidades como categorias relacionais e sócio-culturais

De acordo com o princípio da posicionalidade, apresentado por Bucholtz e Hall, deve-se ter uma concepção analítica de identidade. Ela deve ser vista como “fenômeno relacional e sócio-cultural, que emerge e circula em contextos discursivos de interação”, assumindo identidade como “um posicionamento social do ‘eu’ e do outro” (Bucholtz e Hall, 2005: 585-86). As autoras consideram que, segundo esse princípio, as identidades não são autônomas nem independentes e envolvem relações entre o mesmo e a diferença (Bucholtz e Hall, 2003; p. 370-72).

As autoras remetem ainda, no âmbito do princípio de posicionalidade, a estudos que incluem concepções de identidades voltadas para categorias de macro nível social, níveis locais etnográficos com posições culturais específicas, bem como posições de papéis de participantes em nível interacional, circunstancial (p. 591-92).

Em nosso estudo, é muito importante essa concepção mais abrangente e aberta de identidade(s), envolvendo, sobretudo, identidades com posições culturais específicas, na relação entre o ‘eu’ e o(s) outro(s), em contextos locais. Como veremos, nas seções de análise, o(s) outro(s) desempenham papel extremamente importante na construção de identidades pessoais e de grupo de goianos, sobretudo, identidades estigmatizadas.

De acordo com De Finna, as identidades envolvem processos de construção e de negociação; refletem e constituem ideologias e representações de papéis e relacionamentos de forma complexa, que vão além do contexto imediato da interação, envolvendo outros contextos (De Finna 2003: 185).

Cuche (2002) também apresenta uma concepção de identidade relacional e situacional. Segundo esta óptica, a identidade é uma construção social com eficácia social e em relação com outros grupos, ou seja, é uma construção elaborada por meio das relações existentes entre o ‘eu’ e o ‘outro’. Nesse espaço discursivo, somente o contexto é capaz de explicar porque em determinados momentos o homem nega ou afirma sua identidade - “a construção da identidade se faz no interior de contextos que determinam a posição dos agentes e por isso mesmo orientam suas representações e escolhas” (Cuche 2002: 182).

Esta concepção envolve situações de poder, valores ideológicos e outros. O autor afirma ainda que a identidade é sempre um processo de negociação entre uma auto-identidade e uma hetero-identidade. A primeira define-se por si mesma; a última, a partir da visão dos outros, o que deixa claro que, em uma relação entre pessoas ou grupos, a auto-identidade poderá ser estigmatizada pela hetero-identidade, fato que poderá acarretar em um processo de deterioração e desprezo por si mesmo em respeito a uma imagem elaborada pelos outros (p.184).

Outro autor importantíssimo e que foi modelo para as idéias de Cuche (2002) é Barth (1969). A partir dele, passou-se a entender o fenômeno da identidade através da ordem das relações entre os grupos sociais. Conforme o antropólogo, a identidade não emerge de uma herança histórica e imutável, mas dos processos sociais referentes à auto e à hetero-identidade. Dessa forma, elementos relacionados à etnicidade não se inserem apenas na diferenciação cultural empírica, mas principalmente na organização social da diferença cultural. O que vai identificar ou diferenciar os indivíduos ou os grupos são as chamadas fronteiras étnicas. Nesse cenário, Barth (1969) deixa de focalizar os elementos culturais intrínsecos para focalizar como são mobilizados pelos interlocutores sociais que participam dos estágios de construção de suas identidades. A partir das idéias desse autor, surgem as noções de contexto, interação, atores sociais, processo, diferenciação, fronteiras, mudança e construção (Barth, 1969 *apud* Cuche 2002:182).

Agier (2001), indo ao encontro das idéias de Barth (1969), diz que:

[...] a cultura seria um “vasto celeiro de significações” construído pelas pessoas ao longo do tempo e do qual se utilizam de acordo com as seleções situacionais o que pode tornar os componentes do celeiro cultural diversos e mesmo contraditórios. O caminho que vai da cultura a identidade e vice-versa não é único, nem transparente e tão pouco natural. Ele é social, complexo e contextual (Agier, 2001: 13).

O antropólogo Arjun Appadurai concorda com Barth (1969) e Agier (2001) quando diz que “[...] a característica mais valiosa do conceito de cultura é o conceito de diferença” (Arjun Appadurai, 2004: 26).

Com as observações feitas por estes estudiosos, percebe-se que a cultura não é inerente ao homem, mas sim construída diariamente a partir do contato com os demais grupos existentes.

É preciso ressaltar também a posição de Bucholtz e Hall (2003) ao discutirem os conceitos de semelhança e diferença como perspectivas complementares em identidade. A semelhança permite ao indivíduo imaginar a si mesmo no grupo. Já a diferença produz distância social entre os que percebem a si mesmos como desiguais. Para as autoras, mesmo juntos, os dois conceitos são inadequados para captar as relações de poder em que as identidades estão envolvidas. Elas consideram ainda que semelhança e diferença não têm um *status* objetivo; são processos fenomenológicos que emergem da interação social (Bucholtz e Hall, 2003: 370-372).

Hall (2005), ao abordar o conceito de identidade no contexto cultural, estende suas discussões para o plano étnico. O autor argumenta que considerar a etnia como fator unificador da identidade é um mito, pois não existem, na modernidade, povos de etnia pura, uniformes em sua forma de agir, pensar e viver, todos eles são formados por culturas híbridas, anteriores à existência do sujeito. O fato de pertencerem a um mesmo país, a uma mesma cultura não coloca os seres humanos como iguais; o homem é na verdade um mosaico de culturas que muda de acordo com as necessidades. Se de um lado as pessoas partilham da cultura, por outro elas se diferenciam. É preciso ter cuidado com a abordagem etnocêntrica de cultura (Hall, 2005: 62-89).

3.2.2

Identidade como categorização e representação

O que é categorizar alguém? É classificá-lo dentro de determinados parâmetros que podem enfatizar tanto aspectos positivos como aspectos negativos: ‘o pobre’, ‘o rico’, ‘o jovem’, ‘o idoso’, ‘o gordo’, ‘o magro’ ‘o caipira’, ‘o erudito’, ‘o goiano’, ‘o candango’, ‘o brasileiro’. Quando olhamos o outro com um olhar diferente daquele que esperamos, já estamos categorizando, identificando algo com o qual concordamos ou com o qual discordamos.

Identidades podem assim também estar relacionadas, de acordo com De Finna (2003), à expressão, discussão e negociação de pertencimento a comunidades. Central a este processo, para a autora, é a categorização do ‘eu’ e de outros, e a negociação de crenças e posições, que podem ajudar na identificação de si mesmo como membro de grupos ou na distinção enquanto membro de outros grupos. O pertencimento pode ser expresso através de processos de categorização e de nomeação, relacionados a valores, crenças e comportamentos, revelando: (i) que tipos de categorias são usadas pelo ‘eu’ e na descrição do outro; (ii) que tipos de ações e reações (e implicitamente valores e normas) são associados com essas categorias (De Finna, 2003: 19, 21, 139).

A autora faz comentários de estudos que relacionam identificações étnicas com o uso de nomeações étnicas de auto-definição, apontando para o fato de que as rotulações são associadas com atitudes dos grupos uns em relação aos outros (p. 183).

De Finna trata de relações entre categorização e construção de identidade através da análise de ligações entre estratégias de identificação e de representações sobre o ‘eu’ e o(s) outro(s). A autora argumenta pela necessidade de representações partilhadas para se investigar a identidade de grupos (p. 181). No entanto, De Finna alerta que a identidade de grupo não pode ser reduzida exclusivamente a representações partilhadas, já que estão sujeitas a constantes e contínuas mudanças (p. 185).

3.2.3

Processos de estereotipação, exclusão e estigmatização

Qualquer relação de dominação pode se estabelecer por meio de uma diversidade de formas e, quando ela se instala, imediatamente, surge o processo de exclusão e com ele surgem os estereótipos. Esses construtos de exclusão e de estereotipação, relacionados a determinados grupos sociais, partindo de um contexto macro, não são produto de traços culturais ou físicos, mas sim de forças políticas e econômicas. Caso esses grupos considerados minoria resolvam se impor, em determinados contextos, podem ser depreciados ou ainda ridicularizados (Doms e Moscovici, 1991 *apud* Roso et al. 2002: 2).

Esse olhar de opressão influencia diretamente o grupo oprimido e o grupo opressor. Ao primeiro grupo, será dada uma conotação pejorativa, depreciativa, ao segundo, uma conotação positiva. É justamente nesse interregno que os estereótipos emergem e passam a fazer parte do construto social. Estereotipar faz parte da manutenção da ordem social e simbólica, estabelecendo uma fronteira entre o ‘normal’ e o ‘desviante’, o ‘normal’ e o ‘patológico’, o ‘aceitável’ e o ‘inaceitável’, o que ‘pertence’ e o que ‘não pertence’, o ‘nós’ e o ‘eles’. Estereotipar reduz, essencializa, naturaliza e “conserta” as diferenças, excluindo ou expelindo tudo aquilo que não se enquadra, tudo aquilo que é diferente (Hall 1997 *apud* Roso et al. 2002: 3).

Quando são atribuídos estereótipos às pessoas, pode-se aceitá-los ou não, conformar-se ou não, lutar contra a maioria no sentido de modificar ou de minimizar a estereotipação “Existe conformidade quando um indivíduo modifica seu comportamento ou atitude a fim de harmonizá-los com o comportamento ou atitude de um grupo” (Pavelchak, 1991: 43).

Todavia, esse não é um processo linear, estanque ou imutável, até porque um grupo minoritário pode conformar-se por não estar consciente da existência de uma relação de dominação e conformar-se porque não encontra meios de rebelar-se. Quer dizer, ora o indivíduo se conforma, ora não. Às vezes, tem consciência desta relação de dominação, mas as pessoas não conquistaram o poder de reivindicar seus direitos para transformar tal situação.

A sociedade cria padrões para as pessoas, de acordo com o que se considera normal, e todos aqueles que não correspondem a esses modelos são estigmatizados: o estigma, nesse contexto, pode expressar uma postura de animosidade e uma percepção ideológica valorativa de quem se considera superior ou normal e pode ser também um mecanismo de defesa assumida pelo estigmatizado de maneira a se proteger e justificar os seus insucessos pessoais (Goffman, 1988: 11-15).

O autor salienta que há dois tipos de estigmatizados: o desacreditado e o desacreditável. Sobre o desacreditado, Goffman afirma possuir uma característica imediatamente perceptível. Sente-se mal com a maneira diferente, e às vezes ruim, em função da forma pela qual a sociedade o trata e tende a achar que sempre será tratado assim, esperando e se defendendo das pessoas, o que gera também um mal estar na outra pessoa. Já o desacreditável tende a omitir o motivo de seu estigma até quando puder, pois os sinais que transmitem a informação de que ele é diferente do esperado não são tão visíveis; dessa maneira é melhor que seja tratado como normal do que como estigmatizado. O estigmatizado desacreditável se utiliza de meios para não ser descoberto e de todo um tipo de técnica para isso; vive constantemente em um círculo de mentiras ou encobrimento ou simplesmente tenta diminuir a aparência acobertando para não causar tanta tensão; ele tem consciência de que esse tipo de comportamento não lhe é benéfico, mas é melhor esse mal-estar do que o mal-estar de ser estigmatizado (Goffman, 1988: 14).

Bucholtz e Hall (2005), ao conceberem a identidade como um processo social que emerge no discurso e que considera experiências anteriores, as quais são negociadas constantemente, sinalizam para o fato de que os estigmas podem também emergir daí, pois, quando me coloco diante do outro como um sujeito social, via discurso, estarei assumindo, segundo as autoras, determinado posicionamento social tanto em relação a mim mesma como em relação ao outro.

A partir das considerações de Bucholtz e Hall (2005), percebe-se que as construções de identidade não se relacionam apenas a um contexto macro-social, mas também envolvem papéis locais e discursivos específicos de cada situação.

Se as identidades se constroem interacionalmente, os estigmas também podem emergir daí: para que uma pessoa passe a fazer parte de um determinado

grupo, não é necessário conhecê-la por completo, mas sim que ela possua alguns pontos em comum que possam caracterizá-la como membro do grupo, de acordo com o que ocorre no momento da interação, com as negociações que são feitas pelos participantes do discurso. A esse procedimento Bucholtz e Hall (2005) chamam de adequação ou diferenciação.

Em meu trabalho essas considerações são importantes porque trazem à tona discussões que envolvem construções culturais de relações do eu com outro não em contextos macros, mas em contextos locais, mais especificamente durante a entrevista de pesquisa.